

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARISTELA ANGELO ALVES

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTÁVEL :
CAMINHOS DA AMAIR – ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DE ILHA RASA EM
GUARÁQUEÇABA /PR

MATINHOS
2019

Maristela Angelo Alves

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
CAMINHOS DA AMAIR-ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DE ILHA DE RASA EM
GUARAQUEÇABA / PR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

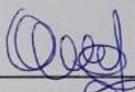
Orientadora/Professora: Prof(a). Msc. Andressa Kerecz Tavares

TERMO DE APROVAÇÃO

MARISTELA ANGELO ALVES

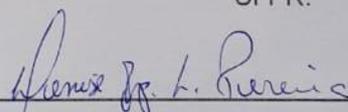
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
CAMINHOS DA AMAIR - ASSOCIAÇÃO DOS MARICULTORES DE ILHA RASA
EM GUARAQUEÇABA - PR

TCC apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo
- Ciências da Natureza, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo –
Ciências da Natureza.



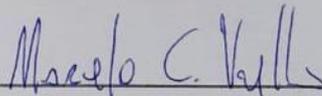
Prof(a). Msc. Andressa Kerecz Tavares

Orientadora – Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo,
UFPR.



Prof(a). Msc. Denise Aparecida Lima

Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFPR.



Prof(a). Dr. Marcelo Cunha Varella

Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFPR.

Matinhos, 22 de junho de 2019.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: CAMINHOS DA AMAIR - ASSOCIAÇÃO DOS MARICULTORES DE ILHA RASA EM GUARAQUEÇABA-PR

Maristela Angelo Alves

RESUMO

Este artigo objetiva enfatizar a importância de educação não formal e do associativismo no desenvolvimento local sustentável assim como a participação das entidades e agentes que apoiaram e acompanharam todo esse processo de educação não formal e a ampliação da cidadania dos membros da Associação dos Maricultores de Ilha Rasa. É realizado um comparativo desta caracterização com as teorias de estudiosos sociais em relação a educação não formal e o desenvolvimento das atividades aquícolas como alternativa econômica que incrementam o trabalho familiar. As ações organizadas e inseridas priorizaram a ampliação do conhecimento, a descoberta aptidões, o trabalho associativo, a agregação de valor ao produto pesqueiro dessa forma a sustentabilidade da comunidade.

Palavras-chave: Educação não formal, associativismo, desenvolvimento local.

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of non-formal education and the voluntary sector in sustainable local development as well as the participation of entities and agents who supported and accompanied this whole process of non-formal education and the expansion of citizenship of the members of the Association of Maricultores of Ilha Rasa. A comparison of this characterization with the theories of social scholars in relation to non-formal education and the development of aquaculture as an alternative economic activities that increase the family work. The actions organized and prioritized expansion of knowledge, aptitudes, the associative work, adding value to the product thus the sustainability of fishing community.

Keywords: non-formal education, associations, local development.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente verificam-se intensas transformações ambientais e sociais isto pode ser explicado em decorrência do sistema econômico hegemônico o Capitalismo¹ que atualmente se desdobra através da Globalização². Nessa perspectiva o trabalho familiar, as atividades pesqueiras e agrícolas tradicionais e artesanais, a educação em qualquer nível e formatos são temas pouco discutidos e existe uma supervalorização das atividades industriais altamente tecnificadas.

Esta pesquisa vem contra essa “maré” buscando analisar como o associativismo contribui para a educação não formal e no desenvolvimento local de comunidades das águas, tendo como estudo de caso a Associação dos Maricultores de Ilha Rasa (AMAIR) em Guaraqueçaba no estado do Paraná. Enfatiza-se no presente trabalho a importância do associativismo, do trabalho familiar e educação não formal no desenvolvimento local sustentável.

Desde o início de 2002 a atividade pesqueira e da maricultura está passando por profundas transformações econômicas, onde um ambiente competitivo forma-se em decorrência principal do esforço da pesca e as crescentes exigências quanto à melhoria da qualidade e a padronização dos produtos pesqueiros e da maricultura. Foi nesse período que a AMAIR intensificou suas atividades, ou seja, no início de 2012 ela fez parcerias com outras instituições para adequar, melhorar e ampliar suas ações.

O trabalho é pioneiro e com ele espera-se fornecer à sociedade propostas para alcançar melhorias através do aumento da capacidade produtiva e a

¹ Capitalismo: modo de produção social da vida baseado na extração de mais valor a partir da exploração do trabalho, da propriedade privada e contração dos meios de produção (CATANI, 1970, p.8-9)

² A globalização caracteriza-se como um fenômeno planetário emergente no contexto do sistema capitalista e tem como principal ideologia o encurtamento de distâncias e homogeneização em esferas como as temporais, físicas, comunicações, informações, mercadológicas e culturais. Ainda o autor aponta as consequências negativas como a manutenção do sistema hegemônico que favorece as desigualdades sociais e o estímulo ao consumo (SANTOS, 2001, p.16).

geração de renda por meio de processos de educação não formal, assim como a acréscimo a qualidade de vida das famílias associadas.

Ao trabalhar o caso da AMAIR o objetivo geral foi enfatizar a importância da educação informal e do associativismo no desenvolvimento local sustentável. Espera-se fornecer à sociedade propostas para a ampliação da cidadania dos familiares dos pescadores e para alcançar melhorias através do aumento da capacidade produtiva e geração de renda.

Os objetivos específicos do trabalho são: sistematizar dados sobre a associação; Levantar a relação existente entre os dados sistematizados com o desenvolvimento local sustentável e a educação não formal; Disponibilizar a experiência da associação a outros grupos interessados no tema.

2. REVISÃO DE LITERATURA

“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987, p. 79).

Esta pesquisa pretende olhar como a AMAIR contribui na vida dos trabalhadores pescadores e cultivadores de ostras da Ilha Rasa, através da organização do trabalho que já vem sendo realizado por estes sujeitos há gerações. Essa profissão é tradicional na região e faz parte do cotidiano desde quando crianças e está presente durante toda a vida, pois mesmo indiretamente todos estão ligados às atividades pesqueiras, a partir dessa realidade nos debruçamos sobre a reflexão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1981, p.7)

Atualmente as escolas estão na centralidade para o ensino e a aprendizagem, entretanto pouco se explora sobre outros espaços e momentos importantes na formação humana como as associações, sindicatos, movimentos

sociais, os locais de trabalho entre outros. Estes são denominados como espaços de educação não formal.

O termo educação não formal constitui a educação fora dos espaços escolares, e tem por finalidade desenvolver o ensino- aprendizagem de forma pouco explorada pela educação formal. Considerada uma modalidade de ensino, se desenvolve nos espaços não convencionais da educação. É considerada por alguns autores como intencional, pois sofrem as mesmas influências do mundo contemporâneo que as demais formas de educação, mas pouco assistida pelo ato pedagógico. (ALMEIDA, 2014)

Historicamente a educação não formal vem se destacando nas contribuições para o ensino e a aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos.

Até a década de 80, a educação não-formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. Era interpretada como uma continuação da educação formal. A partir da década de 90, a educação não-formal adquiriu maior expressão, fazendo-se presente na economia, na área trabalhista e na sociedade em geral, quando se passaram a estimular os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se amplo destaque aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Seu objetivo não é substituir o ensino formal/escola, mas complementar a educação que é fornecida nos processos regulares de ensino, buscando capacitar os indivíduos e integrá-los à sociedade. Nesse sentido, mostra-se essencial para a formação do indivíduo em qualquer faixa etária (ROCHA E GUARÇONI, 2017, p.55).

Segundo Kolling et al. (2002) se compreende que a educação abrange todos os processos sociais de formação humana, nesse sentido esta tem relação com a cultura, valores, com as formas de produção, com a formação para o trabalho e para a participação social. Nesse sentido o local onde os sujeitos estão inseridos influencia na forma de organização e modo de vida, estes também são transformadores dos locais, nesta perspectiva é importante entender o conceito de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é um processo endógeno que ocorre em pequenos espaços territoriais e agrupamentos humanos que contribui para o dinamismo econômico e a qualidade de vida da população (BUARQUE, 2002, p.25).

Vivemos sob o sistema Capitalista e uma das estratégias modernas de atuação a Globalização que a partir dos anos de 1990 intensificou a exploração da

mão-de-obra, dos recursos naturais em escala planetária, para Santos (2001, p. 7-9) a Globalização é um fenômeno social perverso que além da polarização da riqueza e da pobreza, explora intensamente a natureza. Entretanto o seu caráter fortemente exploratório e destrutivo acaba sendo contraditório, levando à resistência de parcelas crescentes da humanidade a partir de seus distintos locais.

A partir da percepção mundial dos danos causados às pessoas e a natureza e seus desdobramentos, surgem as discussões na área ambiental, a partir dos anos 1972.

Segundo Montibeller-Filho (2001,p.42-47), a preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população fez surgir o conceito de ecodesenvolvimento, depois substituído pelo de desenvolvimento sustentável.

O termo ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, secretário-geral da Conferência de Estocolmo-72, e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974(Godard,1991; Raynaut e Zanoni,1993). Ele significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo a finalidade “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (Sachs, apud Raynaut; Zanoni, 1993:7).

A definição deixa claro a preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no mesmo grau dos econômicos, e possui, ligado a ela, uma posição ética fundamental, a saber, o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população, com o cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações futuras.

Segundo Sachs, evocando um novo estilo de vida, com valores próprios, um conjunto de objetivos definidos socialmente e visão de futuro, o ecodesenvolvimento caracteriza-se como um projeto de civilização (1981). Um projeto civilizatório tem no componente cultural, segundo o autor mencionado, uma dimensão essencial. Implica considerar do ponto de vista metodológico a estreita imbricação do socioeconômico com o ecológico. Quanto a operacionalização, trata-se de planificar e organizar tendo em conta tomada de decisões orientadas pelo futuro e, mais ainda, um esforço de pedagogia social em relação aos novos papéis sociais.

A partir dessa configuração geral, Sachs elabora o que denomina “cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento”: sustentabilidade social; econômica; ecológica; espacial; e sustentabilidade cultural. Cada uma pode ser sintetizada como segue:

a) **Sustentabilidade social:** o processo deve se dar de maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. E considerar o “desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais”(1993:25).

b) **Sustentabilidade econômica:** define-se por uma “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular de investimento público e privado” (Ibidem:26).

c) **Sustentabilidade ecológica:** compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatível com a sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.

d) **Sustentabilidade espacial/geográfica:** pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica de populações, atividades e do poder. Busca uma relação mais equilibrada cidade/campo.

e) **Sustentabilidade cultural:** significa traduzir o “conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local” (Ibidem:27)

A questão da sustentabilidade implica que o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades das pessoas, assim como deve viabilizar e dar competitividade à economia, melhorando a renda e as formas de riquezas. Ainda deve se caracterizar por torna-lo contínuo, com permanência temporal, também a conservação da natureza e os interesses da sociedade. (BUARQUE, 2002, p. 25; MIRANDA; MASTUS, 2001, p. 7).

Segundo Gohn (2000) *apud* Dias (2007) as aprendizagens emergem dos processos cotidianos na tentativa de resolver os problemas da sobrevivência. A partir dos problemas concretos emergem as ações humanas na tentativa de avançar

e resistir às intempéries se menciona as iniciativas coletivas como as associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais.

O associativismo pode ser compreendido como sentido de aproximação, colaboração, cooperação, entre grupos sociais, podendo se estender do campo de ideias até práticas sociais, seja elas práticas da cultura, da política ou da economia.

A associação caracteriza-se pela intenção de quem se movimenta, e de quem se aproxima, pois, a intenção direciona-se a outros, via comunicação. Por isso aí, está implícito o diálogo, a participação, as intenções e os interesses das pessoas.

A organização associativa tira o indivíduo de seu mundo particular relacionando-o com outros, pelos laços sociais de cooperação, construindo espaços sociais. Nesses lugares as pessoas desenvolvem sentimentos, ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas e poder de atuação, através do qual se comunicam e se influenciam (Sperry, S. EMBRAPA, 1999).

O movimento associativo ainda abriga um complexo sistema de relações sociais que se estrutura a partir das necessidades das intenções e interesses das pessoas que cooperam. Da dinâmica dessas relações nascem as ações no espaço da economia, da política, constituindo-se assim, as práticas associativas em processos educativos e em processos de desenvolvimento.

Nos dias atuais, tendo como parâmetro principal fenômeno de intensificação da globalização, que traz muitos novos desafios, as organizações associativas continuam cada vez mais, sendo confrontadas e exigidas pelas muitas transformações de ordem política e de natureza cultural e social.

Isso exige dos associados e seus dirigentes sempre novos conhecimentos, mais capacidade de articulação, mais identificação coletiva e responsabilidade social.

Com essas condições, as unidades de produção transformam-se em uma base política, econômica e social, convergindo-se com esforços em busca de uma proposta de desenvolvimento local sustentável, sendo que isso tem como resultado dinamizar o aparato educativo.

É por tal via que se fortalece a comunidade, aumenta sua sintonia na tomada de decisões.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 A associação:

A Associação dos Maricultores de Ilha Rasa - AMAIR, é uma sociedade civil sem fins lucrativos com sede na localidade de Ilha Rasa, município de Guaraqueçaba/Paraná. Ela congrega famílias de pequenos pescadores que realizam suas atividades no estuário das baías de Guaraqueçaba e Laranjeiras, no entorno da Área de proteção Ambiental de Guaraqueçaba. A AMAIR tem como missão incentivar o cooperativismo nas atividades de maricultura visando o estímulo à produção e controle da qualidade pelos próprios associados e de zelar pela preservação do meio ambiente.

A AMAIR foi fundada em 1996 com objetivo de estabelecer parceria com a Universidade Federal do Paraná na realização do Programa de Extensão Universitária "Desenvolvimento Sustentado em Guaraqueçaba". Com a finalização do Programa de Extensão em 2010, deu continuidade às atividades iniciadas pelo programa com a participação dos pescadores associados.

Os associados são pescadores (as) que praticam a pesca artesanal e captura do caranguejo e atualmente o cultivo da ostra nativa seguindo orientações técnicas estabelecidas pelas instituições ambientais e reguladoras da atividade.

O cultivo de ostra nativa é uma alternativa de renda no período de defeso das espécies do estuário, ou seja, da pescada e do camarão branco e da cata do caranguejo. O projeto para elaborar e iniciar a implantação da atividade ostreicultura, (cultivo de ostras), foi apoiado pelo Instituto HSBC - Solidariedade e o projeto de implementação dos cultivos e beneficiamento de ostra foi apoiado pelo Instituto BM & BOVESPA - Bolsa de Valores Socioambientais ("BVSA"). Em 02 de setembro de 2015, a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, expediu a Lei Nº 436/15 na qual declara de Utilidade Pública a Associação dos Maricultores de Ilha Rasa -AMAIR.

A Associação dos Maricultores de Ilha Rasa- AMAIR, busca o aprendizado dos associados por meio de cursos, seminários ou treinamento no trabalho para que adquiram e usem conhecimentos e aptidões em seus trabalhos.

3.1.2 Descrição geral da área

Ilha Rasa pertence ao município de Guaraqueçaba Litoral norte do Paraná está inserida numa Área de Proteção Ambiental - APA de Guaraqueçaba. Com um número aproximado de 800 habitantes. O clima tropical mais quente acima de 22° C e mais frio superior a 12°C, sem estação seca e isento de geadas. A atuação econômica é restrita a pequenos bares e vendas com poucas estruturas. A pesca e o extrativismo são as principais atividades. Em relação a educação formal tem o Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa Ensino Fundamental e Médio, trabalha - se em dualidade com a Escola Municipal Gabriel Ramos da Silva. Num contexto geral atende - se aproximadamente 106 educandos. Como espaço não formal tem a associação dos Maricultores de Ilha Rasa (AMAIR). Associação dos Moradores de Ilha Rasa (A MAIR). A cultura da religiosidade tem um importante sentido na vida das pessoas que residem na comunidade, onde 95% dos membros são da igreja católica. A questão da sustentabilidade implica que o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades das pessoas, assim como deve viabilizar e dar competitividade à economia, melhorando a renda e as formas de riquezas. Ainda deve se caracterizar por torná-lo contínuo, com permanência temporal, também a conservação da natureza e os interesses da sociedade. FIGURA 1

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba foi criada em 1985 para proteger o meio ambiente e a população que vive na região. Dentro da APA, a atividade econômica e o desenvolvimento devem ser planejados para não causar danos ao meio ambiente. A APA de Guaraqueçaba foi criada para proteger o maior trecho contínuo da Mata Atlântica brasileira, um tipo de floresta que está desaparecendo em grande parte do país. A APA tem 313 hectares e inclui o município de Guaraqueçaba e uma parte de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, (URBAN, 1995).

3.2 Procedimentos metodológicos

Este estudo tem por base os princípios teóricos da pesquisa qualitativa, de acordo com MINAYO (1994) que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas. Os dados foram obtidos meio de registros das

atividades de aprendizagem proporcionadas aos associados e através de questionários distribuídos aos associados.

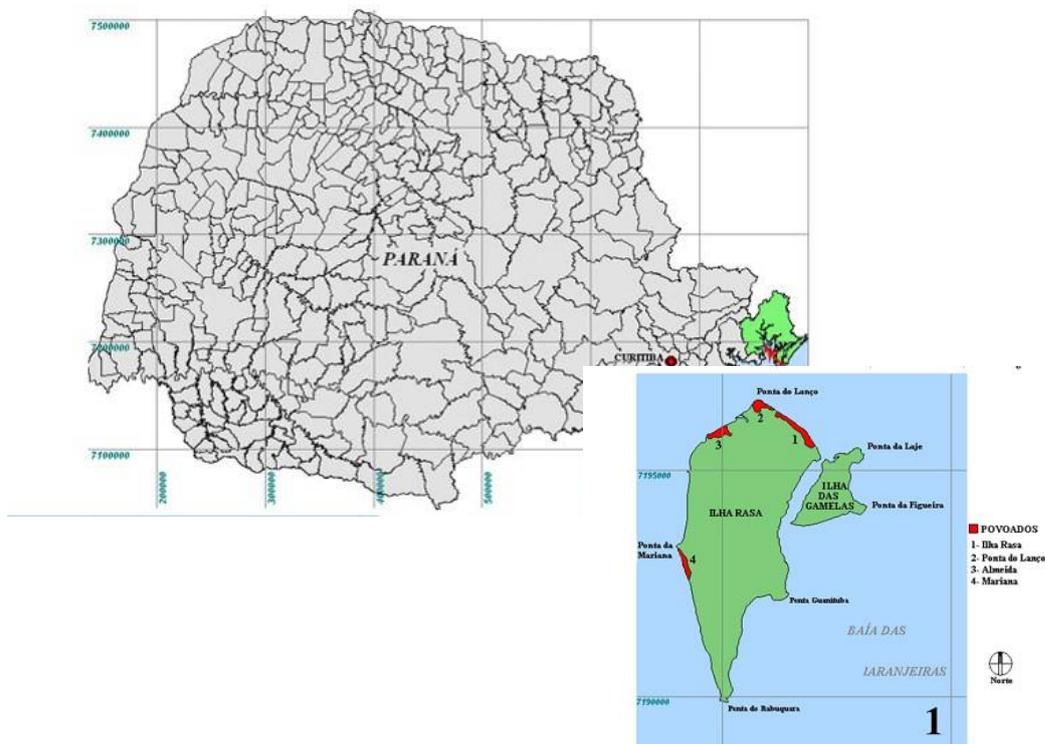
Também foi utilizado o inventário da realidade (Caldart).

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Constatou-se que foram ofertadas à comunidade de pescadores diferentes atividades de aprendizagem dentre as quais destacam-se: Cursos de iniciação: “A Biologia da Ostra do Mangue” e o “Cultivo de Ostras - Técnicas adaptada as condições ambientais e sócio econômicos dos pescadores da Ilha Rasa”- ministrados pela PROEC/UFPR. Objetivou-se, ao final do curso, que os alunos pudessem descrever o processo de alimentação da ostra do mangue; identificassem sua morfologia interna e externa; reconhecessem seus processos fisiológicos gerais; correlacionassem seus aspectos morfo - fisiológicos com o meio em que vive e, adquirissem a consciência de que o aumento da produtividade de ostras subordina-se à preocupação, não apenas econômica, mas também à continuidade da sobrevivência dos ecossistemas explorados, Figura 2. Seminário sobre “Marketing Solidário dos Negócios Inclusivos”. Nos seminários foi adotada a dinâmica com o grupo tendo como elemento principal o marketing do produto “ostra”, conceitos de mercado e seus atores, importância de conhecer o mercado e como pensar o marketing solidário. Nos cursos “Implementação do Departamento de Vendas” e “Gestão de Encomendas para o Negócio Inclusivo”, o educador realizou uma chuva de ideias perguntando sobre e como o grupo vai implementar conduzir a venda da “ostra” trabalhando perguntas simples ligadas a qual será a equipe de vendas? Qual será a rotina dessa equipe? Ela sairá vender todos os dias? O educador ressaltou, também, que as estratégias de vendas estão ligadas as necessidades do público alvo. Conhecer as necessidades e os desejos do cliente se torna fundamental para garantir um plano de marketing solidário efetivo. Os conteúdos foram trabalhados de acordo com o conhecimento popular aos educandos, levando-os ao conhecimento científico atual a partir de recursos didáticos e naturais, preparados e selecionados partindo do geral para o específico. As atividades descritas foram apoiadas pelo Instituto HSBC Solidariedade e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ Fundação Getúlio Vargas,

FIGURA 3. Outras atividades de educação não formal foram os cursos “Higienização na Indústria de Alimentos” e “Como Administrar Pequenas Empresas” do Centro de Produções Técnicas- UFV. Estas atividades foram constituídas de um livro interativo com filmes que mostram a prática. No livro o educando encontrou o conteúdo dos diversos módulos, os títulos dos filmes (módulos), as diretrizes, a sequência de estudo, as chamadas para assistir aos filmes, as atividades de revisão e exercícios de cada módulo, tabelas, gráficos, ilustrações, literatura consultada e recomendada e os testes de avaliação. Nos filmes, o educando recebeu informações diretas do Professor que foi transportada por meio das imagens a uma realidade prática, escolhida como exemplo de processo, seja de higienização, produção, administração ou de outro tema. A interação do conteúdo impresso com os filmes torna o curso mais atrativo e eficaz, reforçando o aprendizado do educando. As oficinas modulares teórico/prática em “Cultivo de Ostra – Passo a Passo”, apoiadas pela Fundação Interamericana- IAF. As oficinas têm o objetivo de ajudar os maricultores que querem produzir ostras ou que já estão produzindo, mas que com alguma orientação, podem melhorar seu negócio. Quando as pessoas que estudam ostras, por exemplo, se encontram com produtores podem trocar informações e aprimorar o seu trabalho. Todos acabam ganhando, ensinando e aprendendo. Nas oficinas não há a intenção de ensinar ou de falar de tudo, mas de ajudar estas pessoas a acharem um melhor caminho. FIGURA

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ILHA RASA



FONTE: Marlene F G M Walflor, 2016

A Ilha Rasa fica localizada na baía de Guaqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná.

FIGURA 2 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO



FONTE: Marlene F G M Walflor, 2014 e 2006

FIGURA 3 – SEMINÁRIOS



FONTE: Marlene F G M Walflor, 2016

FIGURA 4 – OFICINAS CULTIVO E MANIPULAÇÃO DE OSTRA



FONTE: Marlene F G M Walflor, 2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as atividades de aprendizagem ofertadas e/ou proporcionada ao associado, ampliou a capacidade operativa e redefiniu o conhecimento como consciência, o que aponta para a transformação qualitativa do modo de pensar. As atividades fomentaram novos valores uma vez que responderam às necessidades básicas de cada um e do grupo. Aí está implícito o diálogo, a participação as intenções e interesses de cada indivíduo.

A Associação, ao tirar o associado de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, pelos laços sociais da cooperação, construindo espaços coletivos, despertou a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento humano e de sua territorialidade, pois ela representa importante espaço social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S. M. **Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino aprendizagem.** In: Os Desafios da

Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. **Produções Didático – Pedagógicas**. V. 2, p____, 2_____

BUARQUE, S. C. **Desenvolvimento local e globalização**. In: Construindo o desenvolvimento local sustentável, Rio de Janeiro, p.25, Garamand, 2002.

BRANDÃO, C. R. **A Educação como cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular na Escola Cidadã**. Vozes, Petrópolis, 2000.

CATANI, A.M. **O que é capitalismo?** São Paulo, Brasiliense, 1983.

GOHN. M. G. **Educação não formal e cultura política**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MINAYO, M. S. C. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, Vozes,2002.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O paradigma do desenvolvimento sustentável**. In: O mito do desenvolvimento sustentável, Florianópolis, p. 42 – 47, UFSC, 2001.

ROCHA, L.B E GUARÇONI, A. _____Revista Científica Intelletto. ES, Brasil v.2, n.2, 2017 p.54-63.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

URBAN, T, **Guaraqueçaba na palma da mão**. In: O que é Área de Proteção Ambiental, Curitiba, Capital, 1995.

WALFLOR, M.G.M. **Desenvolvimento Sustentável em Guaraqueçaba**. Curitiba: UFPR-PROEC, 2010. Relatório Técnico.

WALFLOR, M.G.M. **Cultivo e Comercialização de Ostra Nativa: uma alternativa de renda para o pequeno pescador**. São Paulo- Instituto HSBC Solidariedade-ITCP-FGV, 2014. Relatório Técnico.

WALFLOR, M.G.M. **Ostreicultura: renda para o pequeno pescador e preservação ambiental na APA de Guaraqueçaba**. São Paulo, BVSA, 2016. Relatório Técnico.

WALFLOR, M.G.M. **Ostreicultura: sustentabilidade para comunidade tradicional de áreas protegidas**. USA-IAF,2018. Relatório Técnico.